CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 29/01

Orçamento prevê fundo para despesas essenciais

CONTAS PÚBLICAS Reserva seria criada com medidas de ajuste fiscal, mas projeto não faz menção à expectativa de receita nem detalha ações do Estado para aumento da arrecadação ou redução de gastos

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Aprovado ontem em segundo votação na Assembleia Legislativa, o relatório que alterou o projeto de Lei Orçamentária (LOA) do Estado para 2019 estabelece a criação da "Reserva Extraordinária para Cobertura de Déficits", uma espécie de fundo com receitas extras que deve ser utilizado em despesas consideradas essenciais para a administração.

A reserva seria criada com medidas de ajuste fiscal, mas não há menção sobre expectativa de receita e nem detalhamento das ações que garantiriam aumento da arrecadação ou redução das despesas do Estado. O déficit previsto para 2019 é de R$ 6,2 bilhões.

O relatório foi feito pelo deputado estadual Lívio Luciano (Podemos), aliado do governo Ronaldo Caiado (DEM), a partir de orientações da missão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que esteve em Goiânia dos dias 14 a 16. "Fizemos em conjunto com a equipe do Tesouro Nacional para unificar a metodologia na elaboração de orçamentos. Isso cria antídotos para maquiagens. O projeto anterior era totalmente fantasioso: superestimava a receita e subestimava a receita", afirmou o deputado Lívio Luciano.

Enquanto o projeto enviado pelo governo anterior previa receita e despesas de mesmo valor global (R$ 26 bilhões), o relatório estabeleceu arrecadação deste valor e gastos de R$ 32 bilhões, expondo o tamanho do déficit estimado.

Segundo o documento, a reserva extraordinária seria composta a partir de concessões de serviços públicos, alienação de ativos, securitização da dívida do Estado, efetividade para o incremento da receita tributária e na cobrança da dívida ativa e análise macroeconômica mais aprofundada para previsão de receitas.

O relatório também estabelece as cinco áreas que serão principais alvos do ajuste: previdência, gestão administrativa e de pessoal, benefícios fiscais setoriais, dívida consolidada e aumento de receitas extraordinárias.

"Como exemplo, entre outras alternativas em estudo, um levantamento realizado pela Secretaria de Gestão e Planejamento demonstra uma oportunidade no sentido de se acelerar uma ação de desmobilização de ativos, em que se observa imóveis com grande potencial para alienação e/ou melhor utilização de forma a gerar economia em gastos com locações, além de gerar receitas extraordinárias", diz o relatório.

Questionado sobre o detalhamento das medidas, Lívio afirmou que depende de estudos das Secretarias da Fazenda e de Gestão.

No que se refere ao déficit previdenciário, de R$ 2,5 bilhões em 2018, o relatório aponta que a situação pode afetar a capacidade de realizar operações de crédito e inviabilizar as transferências voluntárias, se o estado perder o Certificado de Regularização Previdenciária (CRP). "É fundamental, desta forma, realizar uma reforma que garanta a remuneração futura de aposentados e pensionistas, mas que tenha uma dinâmica menos explosiva do que é atualmente. Essa é, assim, uma reforma que, conquanto traga os benefícios no médio e longo prazo, mostra o empenho do atual governo em enfrentar o tema espinhoso, estrutural, sem tergiversar."

"Estamos apontando a realidade do orçamento e apontamos caminhos para incrementar receitas para fazer face pelo menos parcialmente a este déficit. Sei lá quando que o Estado conseguirá regularizar o déficit. Teríamos de parar o Estado e ficar arrecadando sem pagar nada durante quatro meses para corrigir esse rombo", afirmou o relator na sessão de votação na Assembleia.

Durante a votação da LOA, o deputado Talles Barreto (PSDB) criticou a demora na aprovação do Orçamento e disse que agora o governo "não tem mais desculpa para não quitar a folha" de dezembro do funcionalismo. O governo afirma que era necessária a aprovação do orçamento para iniciar um processo de regularização da despesa, que não foi empenhada pelo ex-governador José Eliton (PSDB).

Wildes Barbosa



Deputado Lívio Luciano (Podemos), relator da LOA: projeto unifica metodologia na elaboração de orçamentos

> *"Estamos apontando a realidade do orçamento e apontamos caminhos para incrementar receitas"*
>
> **Lívio Luciano (Podemos), relator da LOA**

Wildes Barbosa



Talles Barreto (PSDB): governo não tem mais desculpa para não quitar folha

O POPULAR 29/01

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Governo estuda novas mudanças em lei que regulamenta as OSs

O governo estadual deve promover em breve uma renovação da lei 15.503 de 28 de dezembro de 2005, que trata sobre a qualificação de organizações sociais (OSs) no Estado. A proposta deve ser encaminhada após o início da próxima legislatura da Assembleia Legislativa, que se inicia em 15 de fevereiro, e seus estudos estão em fase inicial, mas uma das mudanças deve ser a participação do Estado nos conselhos de administração das entidades. A legislação atual obriga a inclusão de três representantes do poder público, nomeados pelo governador ou pelo titular da pasta contratante, a partir do momento em que são celebrados contratos de gestão com o Estado. A cúpula do governo, que mantém no horizonte a possibilidade de troca das OSs da Saúde, por exemplo, avalia que a exigência afasta organizações de renome nacional e com histórico de atuação em outros Estados.

O POPULAR 29/01

Professores rejeitam greve

EDUCAÇÃO Servidores pedem que dinheiro destinado à pasta fique sob responsabilidade direta da Seduce e que seja feita a soma da verba disponível atualmente para pagar salário

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

André Costa



Funcionários se reúnem em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, na Praça Cívica, em Goiânia. Entre as queixas, o pagamento do salário de dezembro

Os profissionais da educação pública estadual deliberaram, em assembleia da categoria na tarde de ontem, contra a greve depois que o governador Ronaldo Caiado (DEM) acatou as duas exigências do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego). O primeiro pedido é que todo dinheiro destinado à Educação, que é 25% do orçamento, já fique à disposição diretamente para a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduce), de modo que não necessite fazer pedidos para a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). Além disto, foi permitido que a Seduce somasse toda a verba que possui para que o valor fosse utilizado no pagamento do salário de dezembro.

Segundo a presidente do Sintego, Bia de Lima, os dois pedidos foram atendidos e isto impediu que a categoria deflagrasse greve. A assembleia ocorreu às 15 horas de ontem, em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, na Praça Cívica. A vinculação do dinheiro da Educação obriga o Estado a utilizar a verba apenas com a pasta, de modo que não teria razão de os recursos não permanecerem totalmente sob a administração da Seduce. A própria secretária da pasta, Fátima Gavioli, também já manifestou interesse ao governador e à Sefaz de que as verbas sejam enviadas diretamente.

"Eu acertei com a secretária da Fazenda que daqui pra frente o dinheiro destinado à Educação, 25% do orçamento, será enviado diretamente à minha pasta. Não quero ficar passando o pires. Assim eu defino as prioridades da minha pasta", afirmou Fátima na manhã de ontem. Sobre o segundo pedido, Bia de Lima acredita que a soma das verbas será suficiente para pagar o salário de dezembro de todos os servidores. "O que queremos é resolver essa questão, ver o que tem em caixa, pagar e então começar o ano letivo sem nenhuma preocupação e podemos negociar os outros pontos."

A estimativa é que tudo seja resolvido ainda nesta semana. Uma nova assembleia da categoria ficou marcada para a próxima segunda-feira (4), com a pauta para deliberar especialmente no caso de não ser encontrada a verba suficiente para quitar a folha de dezembro. No início da tarde, em coletiva de imprensa, o governador Ronaldo Caiado (DEM) não indicou que buscaria outra solução além do parcelamento dos rendimentos em cinco vezes, que já tinha proposto na semana passada. Sabendo da assembleia, Caiado chegou a pedir que os professores pensassem bem na decisão pois "as crianças não poderiam pagar pelos problemas deixados pelo governo antecessor".

O secretário de governo, Ernesto Roller (MDB), que está à frente das negociações com os servidores, também manteve a proposta e disse ainda que tinha atendido provocação do Sintego de mostrar a verba mantida na conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). "Foi mostrado na quarta-feira passada aos servidores, não temos nada para esconder, foi dito que teria R$ 240 milhões, mas estava com R$ 75 milhões que foram disponibilizados pelo Fundeb." A coletiva foi feita para o anúncio de benefícios a servidores da Educação e da Segurança Pública, o que, para Roller, representava o respeito do governador pelo funcionalismo público.

BENEFÍCIOS

No início da tarde, Caiado anunciou a manutenção do auxílio alimentação para todos os servidores da Educação. O benefício estava previsto em lei apenas até o final do ano passado e agora é prorrogado pelo projeto que será encaminhado à Assembleia Legislativa. Outra modificação é o salário base dos professores temporários do Estado, que passarão a receber o piso salarial dos professores, reajustado neste ano para R$ 2.557,73. Atualmente, mais da metade da categoria da rede estadual é composta por temporários.

Há um chamamento em aberto na Escola de Governo para 13 mil vagas, que deverão entrar na rede em abril, já com o novo rendimento. Além disso, Caiado confirmou que vai chamar 465 professores que foram aprovados no concurso realizado em 2017, que são de profissionais chamados de especialistas ou nível 3. Fátima disse que com o reordenamento da rede, que provocou o fechamento de escolas, as vagas de 1.793 temporários deixam de ser necessárias.

"Esse Goiás não foi planejado para atender a parte técnica, foi planejado para atender a parte política. Estamos mudando e é graças a essas economias que vou mostrando ao governador e ele vai repassando benefícios." (Colaborou Malu Longo)

Quem ganha

Policiais e agentes de terceira classe e professores temporários vão ter aumento

EDUCAÇÃO

Auxílio alimentação
- Benefício já em pago aos servidores até dezembro do ano passado
- A projeto de lei mantém o benefício a todos 47.899 servidores
- Impacto seria cerca de R$ 23,65 milhões mensais

Temporários
- Atualmente, 51,88% dos professores são terceirizados
- O salário base deles é de cerca de R$ 1,7 mil e o piso do efetivo é R$ 2.557,73 mil
- Como equivalência, o impacto seria de cerca de R$ 17 milhões mensais

Concursados
- Governador também anunciou chamamento dos aprovados em 2017
- Ao todo, seriam 560 aprovados e suplentes
- No entanto, Seplan permitiu chamamento inicial de 465 professores

SEGURANÇA PÚBLICA

Terceira classe
- Governador enviou projeto de lei para o fim da classe
- São profissionais das categorias de SSP que recebem R$ 1,5 mil de salário base
- O impacto de todas as categorias é de R$ 11,6 milhões, sendo 2.661 servidores

Projeto acaba com 3ª classe

Além das iniciativas em benefício aos profissionais da Educação, o governador Ronaldo Caiado (DEM) também assinou o projeto de lei que encerra a existência da 3ª classe de servidores da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), que foi compromisso de campanha eleitoral. A medida atinge todos os policiais militares, civis, bombeiros e agentes penitenciários com vencimentos de R$ 1,5 mil. Em geral, são 2.022 soldados da Polícia Militar (PM), 228 bombeiros, 400 escrivães e agentes da Polícia Civil (PC) e 11 agentes penitenciários. O total de 2.661 funcionários públicos, com o aumento salarial, gerará um impacto de cerca de R$ 12 milhões mensais. Atualmente, os rendimentos custam cerca de R$ 11 milhões e passarão para R$ 23 milhões.

O secretário da SSP-GO, Rodney Miranda, afirma que a medida está "corrigindo uma injustiça funcional da SSP, muito importante, especialmente, nesse momento delicado das finanças do Estado, dando prioridade à segurança pública". Segundo ele, os servidores trabalham tanto quanto os demais soldados e, por isso, merecem receber o rendimento igual. Os próximos ingressantes às turmas, como dos agentes penitenciários, já vão atuar sob os novos rendimentos, no caso de aprovação da Assembleia.

MAIS GOIÁS 29/01

Governo do estado anuncia Tomada de Contas Especial no programa Goiás na Frente

Objetivo é apurar responsabilidade por obras paradas em todo o estado. TCE ainda não se manifestou

Artur Dias
De Mais Goiás | Postado em: 28/01/2019 às 19:01:30



O secretário de governo, Ernesto Roller (MDB) anunciou, nesta segunda-feira (28), que o Tribunal de Contas do Estado – TCE determinou Tomada de Contas Especial do Programa Goiás na Frente. O objetivo é apurar a responsabilidade por danos à administração pública.

De acordo com nota publicada pela Secretaria de Estado de Governo – Segov, o programa, lançado em março de 2018 pelo então governador do estado, Marconi Perillo, prometeu destinar R$ 500 milhões aos municípios goianos. Entretanto, apenas cerca de R$ 166 milhões foram repassados. Esse valor corresponde a 33% do montante inicial.

No total, foram firmados 221 convênios entre a Segov e prefeituras. A falta de recursos deixou cerca de R$ 333 milhões em restos a pagar. Essa situação fez com que várias obras tocadas nos municípios conveniados ficassem paralisadas.

"O Goiás na Frente foi puro marketing e resultou num grande calote, pois pouco mais de 30% do valor foi pago até agora aos municípios. Foi uma grande venda de ilusões para a população goiana e um forte golpe nos prefeitos", disse o secretário.

Roller afirmou que irá se reunir com os prefeitos que realizaram convênios com a Segov para fazer uma análise da situação e saber quantas e quais obras estão paradas no estado. Para isso, aguarda uma notificação do TCE.

O **Mais Goiás** tentou contato com o TCE, mas a assessoria afirmou que mais informações sobre a questão só serão disponibilizadas na próxima terça (29).

O que é?

De acordo com a Controladoria Geral da União – CGU, a Tomada de Contas Especial é um instrumento utilizado pelos tribunais de contas para ressarcir eventuais prejuízos à administração pública. Ele só pode ser utilizado depois de esgotadas todas as medidas administrativas para reparação dos danos.

A Tomada de Contas Especial tem um procedimento específico e é instaurada quando não é comprovada a aplicação dos recursos repassados ou quando ocorre "desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento" de dinheiro bens ou valores públicos. O procedimento é aplicado também em caso de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte dano aos cofres públicos.

TCE fará tomada de contas "Especial" no Goiás na Frente para Segov

28/01/2019 17:05 ··· Por Nathan Sampaio ··· Edição 2272

Secretário Ernesto Roller aguardará uma notificação do Tribunal de Contas para se reunir com os prefeitos que firmaram convênio com a pasta

Assim que assumiu a Secretaria de Governo (Segov), Ernesto Roller "expôs" que a realidade financeira do programa Goiás na Frente junto aos municípios goianos, lançado em março de 2018 com a promessa de destinar R$ 500 milhões diretamente às prefeituras, destinou apenas 33% aos municípios que tiveram de interromper obras no final do ano passado.

Diante deste cenário, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou uma "Tomada de Contas Especial" para apurar a responsabilidade por danos à administração pública deixados pela gestão anterior.

Ernesto Roller aguarda, agora, uma notificação do TCE para se reunir com os prefeitos que firmaram convênio com a Segov, a fim de saber a real situação das obras paralisadas. Ao todo são 221 contratos assinados, tendo sido pagos apenas R$ 166 milhões, com restos a pagar de mais de R$ 333 milhões.

"O Goiás na Frente foi puro marketing e resultou num grande calote, pois pouco mais de 30% do valor foi pago até agora aos municípios. Foi uma grande venda de ilusões para a população goiana e um forte golpe nos prefeitos", explica o secretário Ernesto Roller.

Confira os números do Goiás na Frente:

221 convênios, promessa de R$ 500 MILHÕES
Valor liberado – R$ 166.128.532,47
Restos a pagar: R$ 333.871.468,00 (1.968 parcelas não pagas)

DIA ONLINE 29/01

TCE apura responsabilidade de danos causados à administração pública pela falta do repasse do programa Goiás Na Frente

Com a determinação do TCE de Tomada de Contas Especial para apurar de quem é a responsabilidade pelos danos causados à administração pública, pela falta do repasse referente ao programa Goiás na Frente. O secretário Ernesto Roller espera a notificação do tribunal para poder se reunir com os prefeitos, para levantar qual a situação real das obras paralisadas nos municípios, em todo o Estado.

Conforme Roller, foram assinados 221 contratos, com apenas R$ 166 milhões sendo pagos, mas com R$ 333 milhões a serem pagos conforme informou a Segov. "O Goiás na Frente foi puro Marketing e um grande calote, com cerca de 30% pago até o momento aos municípios", afirmou o secretário.

De acordo com os números divulgados pela Segov na tarde desta segunda-feira (28/1), o governo anterior repassou dos R$ 500 milhões destinados apenas R$ 166.128.532,47. Além disso, como o pagamento é efetuado por parcelas, apenas 1.968 parcelas foram quitadas e com um valor de R$ 333.871.468,00 a serem pagos pelo Goiás na Frente.

DIÁRIO DA MANHÃ 29/01

Caiado anuncia pacote de medidas que beneficia servidores públicos

Caiado autoriza retomada do auxílio-alimentação aos funcionários da educação, pagamento do piso aos professores e equiparação salarial na segurança pública



Helton Lenine
Da editoria de **Política**

DIVULGAÇÃO



Ronaldo Caiado: valorização dos servidores públicos do Estado

O governador Ronaldo Caiado anunciou, ontem, uma série de medidas para reparar injustiças cometidas pelas gestões anteriores contra os servidores públicos. Para os trabalhadores que atuam na Secretaria de Educação não será estabelecido um teto salarial para o recebimento do auxílio-alimentação, ou seja, todos os funcionários terão o direito aos R$ 500 a mais. Para os que recebem até R$ 5 mil, nas demais categorias, o governo do Estado continuará pagando o benefício.

Caiado informou também a convocação de professores especialistas, quase 20 anos após o último chamamento. Ele garantiu ainda o pagamento do piso salarial para os professores temporários. "A data de hoje tem uma relevância ímpar, vamos aumentar a eficiência e os resultados. Nós vamos nomear os professores com a titularidade que merecem para dar aula para nossas crianças em Goiás. A situação de temporários será cada dia mais trabalhada pela nossa secretária, para que sejam contratados servidores efetivos", pontuou.

Outro ponto importante anunciado pelo governador Ronaldo Caiado é o encaminhamento do projeto de Lei que reestrutura a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, extinguindo a chamada terceira classe de funcionários da segurança. "Um total de 2661 servidores saem daquela categoria criada por quem não tem o menor respeito pela segurança pública. A partir de hoje, estamos reformando toda a legislação para que essas categorias sejam extintas e para que possamos dar a eles um salário digno e compatível com o trabalho que exercem," pontuou.

De acordo com Caiado, o projeto estabelecerá a condição de dignidade a 2.022 servidores da Polícia Militar, que serão a partir de agora soldados, a outros 228 homens do corpo de bombeiros e também reestruturará carreira de escrivão e Agente da Polícia Civil, beneficiando um total de 400 servidores. O governador também anunciou a reestruturação de Agente de segurança prisional e de gestão prisional.

EDUCAÇÃO

A secretária Fátima Gavioli afirmou que os professores, inclusive os temporários, terão como referência inicial de remuneração o pagamento do piso nacional da Educação. Com edital do processo seletivo para contratação de professores temporários em aberto, Fátima esclareceu que os novos contratados, que devem tomar posse em abril, receberão o piso salarial de cerca de R$ 2.400,00. Nos contratos vigentes, que foram prorrogados até março, os profissionais que atuam nessa categoria recebem cerca de R$ 1.790,00 como remuneração.

Fátima classificou a convocação dos 435 concursados como uma maneira de corrigir injustiças e otimizar o ensino nas escolas de Goiás. "Vamos fazer um trabalho muito forte para trazer os bons professores de volta", completou.

Sobre o remanejamento de alunos, explicou que está unindo escolas e não fechando unidades, para gerar economia e aperfeiçoar o ensino dos estudantes. "Estou administrando um Goiás que não foi planejado para atender a parte técnica, mas sim política. Mas é graças a essas economias, que vou apresentando para o governador, que será possível que ele traga já os benefícios que vão colocar Goiás nos trilhos do desenvolvimento", afirmou Fátima.

SEGURANÇA

O secretário da Segurança Pública Rodney Miranda apontou a decisão do governador de extinguir as subcategorias na segurança pública como uma maneira de corrigir uma injustiça funcional. "É mais uma vez a reiteração, por parte do governador, de dar prioridade para a Segurança Pública e combater a criminalidade no Estado de Goiás", disse.